

\*Osmar José Barros Ribeiro



No dia 26 de setembro de 2005, em cerimônia na localidade de Sabaneta, na Venezuela, foi assinado acordo de “cooperação agrícola” entre o governo venezuelano e a Via Campesina. Entre os signatários, além de Hugo Chávez e autoridades venezuelanas, o “companheiro” João Pedro Stédile, em nome do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Via Campesina. O acordo expressa a necessidade de desenvolver todos os esforços possíveis em defesa da ‘soberania alimentar’ de nossos povos, da proteção e multiplicação de sementes nativas de todas as espécies de produção agrícola, na valorização da agricultura camponesa, no fortalecimento do mercado interno e na busca de novas técnicas agrícolas adequadas ao meio ambiente e à qualidade dos alimentos para nossos povos.

Com vista à aplicação do acordo, dirigentes e profissionais de organizações latino-americanas, bem como autoridades universitárias e ministeriais venezuelanas, estão ultimando a criação do Instituto de Agro-ecologia, com esforço em Estudos Camponeses, Indígenas e Afro descendentes, objetivando a formação de militantes qualificados para a organização e desenvolvimento da agro-ecologia, entre camponeses, índios e negros, buscando a criação de um novo paradigma no meio rural da América Latina. O objetivo declarado do Instituto será a formação de milhares de jovens, homens e mulheres, com base em valores humanísticos, holísticos e científicos que, no futuro, além de fortalecer o movimento social no campo, deverão promover o surgimento de uma tecnologia que combinará os conhecimentos atuais com os tradicionais e que terminará por fortalecer a soberania alimentar dos povos.

Em setembro de 2006 terão início as aulas do Instituto Agro-ecológico Latino-americano Paulo Freire de Estudos Camponeses, Indígenas e Afro descendentes reunindo, inicialmente, 250 jovens (50% mulheres) segundo um método participativo no qual os estudantes dividirão seu tempo, durante os 5 anos de duração do curso, entre as atividades estudantis e a participação na comunidade. O método pedagógico, norteador pela política, deverá combinar ciência, conhecimentos tradicionais e a cosmovisão sociocultural dos índios e dos negros. Além do apoio do Estado venezuelano, o Instituto terá o amparo metodológico de organizações tais como MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/Brasil), ATC (Associação de Trabalhadores do Cam-po/Nicarágua), ANAP (Associação Nacional dos Agricultores Pequenos/Cuba), CLOC (Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo), Via Campesina e Instituto de Educação Josué de Castro, este vinculado ao MST. Quem vê em tais proposições a necessária motivação para a destruição de cultivares modernos, o combate aos transgênicos e à agro-indústria voltada para a exportação, bem como o retorno à agricultura de subsistência nos moldes do século XIX, tal qual defende o MST e congêneres, não está errado.

Apenas desconhece toda a extensão de um quadro assustador e que merece o mais decidido repúdio dos brasileiros: Chávez, que em recente evento acontecido em Curitiba/PR (com a presença do governador Roberto Requião) indicou Stédile como sendo o sucessor natural de Lula está buscando, sob a evidente inspiração do ditador Fidel Castro e dos ditames do Foro

de São Paulo, comunizar o Brasil e os demais países das Américas Central e do Sul. Outro ponto que não deverá ser esquecido é a origem da agitação em torno de cotas raciais, provocada por organizações de esquerda e que obedece a uma orientação vinda do exterior e obedientemente acatada pelos militantes petistas e de outras denominações esquerdistas.

Trata-se, em última análise, de formar militantes qualificados, ou melhor, formar agitadores para atuar no campo, entre as populações rurais, indígenas e negras. Lembremos que, no Brasil, o MST já atua no meio rural, o CIMI entre os índios e busca-se, com a discussão das cotas raciais, criar o problema do racismo entre nós. Com base em princípios marxistas buscar-se-á ideologizar milhares de jovens que fortalecerão o movimento social no campo e promoverão a soberania alimentar, talvez uma referência ao banimento de alimentos industrializados. Será o retorno do jabá com farinha para os viajantes. Teremos uma revolução cultural maoísta à la Hugo Chávez/Stédile.

É chegada a hora de todos os brasileiros, conscientes do abismo para o qual estamos sendo levados por governantes partidários de uma ideologia nefasta, dar um basta à mentira travestida de preocupação pelos mais pobres.

É preciso bradarmos, aos quatro ventos, não ser possível que um país como o Brasil subordine seu destino de grandeza a ditadores que sonham implantar, em terras das Américas, uma doutrina política que vaga entre nós como um cadáver insepulto.

Coronel